

Os Estados Unidos após a Independência

Em 1776, os Estados Unidos da América foram o primeiro povo do mundo a se rebelar contra o jugo do Antigo Regime. Discutivelmente, o estado-nação nasceu no continente americano antes de ser exportado para a Europa. A elite americana possuía uma noção de unidade e de história em comum que só foi possibilitada pela proliferação de ideais liberais nas 13 Colônias, e pela ausência de interferência inglesa que permitiu o crescimento não somente de uma classe média como também de uma esfera pública de discurso formada por jornais, escolas e câmaras municipais. Após conquistarem a sua independência, as 13 Colônias iniciam um processo feroz de expansão territorial, baseada na compra de territórios, na colonização das terras a oeste por homens brancos e na repressão violenta e genocida dos povos indígenas que ocupavam os territórios.

A primeira dessas grandes compras acontece em 1803, quando o governo americano compra todo o território oeste das Montanhas Apalache e Leste do Mississippi dos franceses que não conseguiam ocupá-lo efetivamente na chamada Compra de Louisiana. Desde então o “oeste” e a sempre-crescente fronteira dos EUA se tornaram um marco da consciência norte-americana. Em 1823, o presidente americano James Monroe inaugura sua Doutrina Monroe, que pode ser resumida essencialmente no pensamento “A América para os Americanos”. Enquanto os velhos poderes do Antigo Regime lutavam para reconstruir a sua ordem de mundo na Europa e as colônias ibéricas lutavam pela sua liberdade após as conturbações causadas pelas revoluções Americana e Francesa, os EUA percebiam que necessitavam mobilizar-se para evitar renovadas intervenções do velho mundo no continente americano.

Ao mesmo tempo que os americanos definiam a sua política pública de expansão e de isolacionismo perante os velhos poderes, sua consciência vai adotando perspectivas que contribuem para essa expansão. O conceito de “Oeste” no imaginário americano ao longo do século XIX é constantemente mutável e impele os estadunidenses a ocupar cada vez mais o território norte-americano, em detrimento aberto aos povos que já o habitavam. Originalmente, o “Oeste” era aquilo que estava para além dos Apalaches, a fronteira natural que havia definido os limites das 13 Colônias no período colonial; eventualmente, o “Oeste” se tornou tudo aquilo que estava além da Louisiana, comprada dos franceses no início do XIX; nas décadas de 1830 e 1840 o “Oeste” era aquele território antes dominado pelo México, mas que os EUA vão progressivamente tomar de seu vizinho latino através de sucessivas guerras que começam com a introdução do Texas à união em 1836; finalmente, em 1848, se descobrem jazidas riquíssimas de ouro na Califórnia, que se torna o novo e último “Oeste” a ser cobiçado e ocupado pelos americanos.

Essa política de expansão pública e o seu empreendimento só foram possíveis graças a uma compreensão particular do mundo que surgiu nas mentes dos indivíduos estadunidenses. Fortemente influenciados pelo puritanismo religioso desde sua fundação, os americanos desenvolveram um pensamento político-religioso segundo o qual eles seriam o “povo escolhido” e teriam como papel ocupar e civilizar o território a “Oeste” das 13 colônias. Foi o chamado

Destino Manifesto, uma ideologia religiosa, política e territorial que pregava não somente a superioridade do americano, como também o seu direito e o seu dever de dominar o território que viria a ser os Estados Unidos da América.

A Guerra de Secessão Americana

Entretanto, não obstante essa aparente união de propósito expressa pelos americanos na sua conquista e colonização do território, a sociedade americana da primeira metade do século XIX foi marcada por uma profunda divisão. Nas metrópoles que haviam sido as 13 Colônias originais, uma diferença gritante foi surgindo entre aquelas que estavam no Sul e aquelas que estavam no Norte. Os estados do Sul eram marcados por um sistema de produção essencialmente agrário, focado na plantation de algodão para exportação para o mercado industrial inglês a base do trabalho escravo negro; os estados do Norte, entretanto, eram marcadamente mais industrializados e influenciados pelas ideias liberais provenientes do velho mundo, sendo ilegal a escravidão na maioria deles, que preferiam o trabalho assalariado como sua principal força operária.

Já em 1820, a expansão para o “Oeste” trouxe à tona essas diferenças entre os modelos de sociedade que existiam nas duas regiões dos Estados Unidos. A questão de se as novas terras colonizadas e conquistadas dos mexicanos e nativo-americanos teriam um modelo produtivo e de ocupação baseado nos estados do norte ou do sul se tornou uma preocupação principal para os americanos. Em 1820, foi assinado o Compromisso de Missouri, que proibiu a escravidão na maioria das terras do “Oeste”, limitando-a a partes do Missouri e ao estado do Arkansas. Essa legislação demonstra que desde desse período essa diferença social já se percebia, e fazia surgir questões essenciais sobre a ocupação do território.

Em novembro de 1860, foi eleito como presidente dos Estados Unidos o republicano Abraham Lincoln. Desde o início, a eleição deixou amargos os sulistas, no que Lincoln, além de nortenho, era abertamente contra a escravidão e a favor do fortalecimento do mercado interno e do protecionismo econômico. Quase que imediatamente, os estados do Sul declararam a sua separação da união, e deflagraram o conflito mais sangrento da história das Américas, a Guerra de Secessão Americana (1861-5). Três anos após sua eleição, o presidente assina a lei conhecida como a Proclamação de Emancipação, que libertava os escravos, proibia a escravidão e procurava apontar os futuros direitos políticos da população negra masculina. Mesmo não tendo sido fácil – em 1863 a população de Nova Iorque se levanta contra conscrição para a Guerra Civil, no que achavam que a guerra estava acontecendo pelos negros, ao invés de por um embate entre modelos econômicos – Abraham Lincoln saiu vitorioso da guerra e conseguiu manter a União intacta ao mesmo tempo que abolia a escravidão nos EUA.

O que não quer dizer, por sua vez, que a recém-liberada população negra do sul tenha gozado plenamente de sua liberdade e de seus direitos políticos. Diversos grupos, como a Ku Klux Klan, surgiram para manter acesa a chama da superioridade racial branca, e a criminalização forçada junto com a segregação espacial e política contribuíram para relegar o

negro americano, em especial no sul, a uma situação de inferioridade que permaneceu, pelo menos, até a década de 1960. Mesmo assim, houve um esforço pelas elites nortenhas em integrar o negro não somente ao processo político, como também ao processo de expansão territorial que ainda estava sendo empreendido pelo Estado após o fim da Guerra Civil. A primeira dessas iniciativas foi chamada de Quarenta hectares e uma mula, e era uma promessa de reformistas agrários americanos de que os escravos libertos teriam direito a quarenta hectares de terra e uma mula nos territórios do “Oeste” para reintegrá-los economicamente e incentivar a ocupação da terra. Enquanto boa parte dos escravos nunca viram o resultado de tal promessa, muitos partiram igual para as novas terras. Igualmente, em plena Guerra Civil o governo da união havia assinado o Homestead Act, que, devido às vicissitudes da guerra, só começou a ser implantado de fato na década de 1870. Esse projeto de divisão de terras era outra iniciativa do estado para incentivar a ocupação e colonização do território e, ao contrário do Brasil, cuja lei equivalente seria a Lei de Terras de 1850, era uma divisão baseada na pequena e média propriedade. Essencialmente, o governo americano populou suas aquisições através de um processo de reforma agrária que impossibilitava o controle do “Oeste” pelas mesmas elites latifundiárias que haviam controlado o Sul.